



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS
PROJETO DE LEI Nº 108, DE 2025.



“Dispõe sobre a proibição da venda e exposição de cães, gatos e outros animais domésticos em pet shops e estabelecimentos congêneres no Município de Iturama/MG, regulamenta exceções, estabelece penalidades e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a venda, a comercialização e a exposição de cães, gatos e outros animais domésticos em pet shops, clínicas veterinárias, feiras livres, praças públicas, estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, bem como por meio de comércio eletrônico, aplicativos, redes sociais, jornais, revistas e demais meios de divulgação no Município de Iturama/MG.

§ 1º Excetuam-se da proibição prevista no *caput* os canis e gatis legalmente registrados no órgão competente, devidamente licenciados pelo Poder Público Municipal, que disponham de alvará de funcionamento específico para criação e venda de animais, com médico veterinário responsável técnico, sendo obrigatória a inspeção anual do estabelecimento.

§ 2º Também não se aplica a proibição às feiras de adoção de animais, desde que realizadas por organizações de proteção animal, entidades cadastradas junto ao Município ou pelo próprio Poder Público, de forma gratuita e voltada ao bem-estar animal.

Art. 2º Constitui infração administrativa a violação do disposto nesta Lei, sujeitando o infrator, sem prejuízo das sanções civis, penais e ambientais cabíveis, às seguintes penalidades:

I – multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por animal exposto ou comercializado, a ser aplicada de acordo com a gravidade da infração;

II – multa em dobro em caso de reincidência;

III – suspensão do alvará de funcionamento em caso de segunda reincidência;

IV – cassação definitiva do alvará em caso de terceira reincidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



Art. 3º O valor arrecadado com as multas aplicadas em razão desta Lei será destinado ao Fundo Municipal de Saúde, exclusivamente para:

I – campanhas educativas sobre guarda responsável, direitos dos animais e combate ao abandono;

II – programas municipais de castração e esterilização cirúrgica;

III – ações de resgate, acolhimento e manutenção de animais em situação de maus-tratos ou abandono;

IV – apoio a ONGs e entidades cadastradas que atuem na proteção animal.

Art. 4º A fiscalização e aplicação das penalidades previstas nesta Lei caberão aos órgãos competentes da Administração Municipal, em especial à Vigilância Sanitária, à Secretaria de Saúde, podendo ser firmadas parcerias com entidades de proteção animal para apoio nas ações fiscalizatórias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo os procedimentos de fiscalização, critérios para fixação do valor das multas e demais normas necessárias à sua plena execução.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama/MG, 6 de outubro de 2025.

DR CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo coibir a prática indiscriminada da venda, exposição e comercialização de cães, gatos e demais animais domésticos em pet shops, feiras livres, praças públicas, clínicas veterinárias, bem como em meios virtuais e redes sociais no âmbito do Município de Iturama/MG.

A regulamentação proposta busca proteger os animais contra maus-tratos, abandono e comércio irregular, que infelizmente ainda são práticas recorrentes, muitas vezes realizadas sem condições mínimas de higiene, segurança e acompanhamento veterinário. A ausência de fiscalização adequada nessas modalidades de comércio expõe os animais a sofrimentos evitáveis e, por consequência, também coloca em risco a saúde pública, diante da possibilidade de disseminação de zoonoses.

A proposta não pretende inviabilizar a atividade de criadores legalmente constituídos, que atendem às exigências legais e sanitárias, possuindo registro nos órgãos competentes e acompanhamento de médico veterinário responsável. Ao contrário, a lei fortalece a regularização do setor, assegurando que apenas estabelecimentos devidamente autorizados possam exercer a atividade de criação e venda de animais.

Outro ponto de destaque é a permissão para feiras de adoção de animais, desde que realizadas de forma gratuita e em parceria com o Poder Público ou entidades de proteção animal cadastradas. Tal medida estimula a adoção responsável, reduzindo os altos índices de abandono e promovendo a conscientização da população sobre a importância do cuidado com os animais.

O projeto prevê ainda sanções administrativas proporcionais à gravidade da infração, incluindo multas, suspensão e cassação do alvará de funcionamento em casos de reincidência.

Os valores arrecadados com as multas serão revertidos integralmente em ações voltadas ao bem-estar animal, como campanhas educativas, programas de castração e apoio às entidades protetoras.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



Trata-se, portanto, de medida de caráter social, ambiental e de saúde pública, que impõe ao Poder Público o dever de proteger os animais contra práticas cruéis.

Diante do exposto, esta proposição revela-se de grande relevância e necessidade para o Município de Iturama, merecendo a apreciação e aprovação dos nobres pares desta Casa Legislativa.


DR. CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS
VEREADOR